

Domingo, 28 de junho de 2009

ECONOMIA • 29

**EFEITO NA DESIGUALDADE:** Estudo da UFRJ mostra que 64% da redução da desigualdade entre 95 e 2005 vieram pelo mínimo



# Mínimo, de piso salarial a instrumento social

Rendimento do trabalhador aumentou 144,5% desde 1994. São, pelo menos, 27 milhões de ocupados no piso

Cássia Almeida

• O salário mínimo de US\$ 100, bandeira sindical dos anos 80, ficou para trás. Hoje, o trabalhador brasileiro, com carteira assinada, não pode ganhar menos de US\$ 200. Ainda longe de ser o suficiente para manter uma família de quatro pessoas, o valor atual de R\$ 465 é 144,5% maior, já descontando o que a inflação comeu no período, do que o mínimo do início do real, em junho de 1994. Cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros, o que significa um contingente de 27 milhões de pessoas, ganham até um mínimo, e 67% dos aposentados, pensionistas e beneficiários de políticas sociais recebem hoje R\$ 465. São 17,6 milhões nesse universo.

Em 15 anos, muita coisa mudou nesse piso salarial. Além da valorização expressiva que começou em 1995, quando o mínimo pulou de R\$ 70 para cem reais, e continuou ao longo desses anos, com alta de 12% em fevereiro último, o mínimo passou a ser a referência para os pisos de aposentadorias, pensões e benefícios sociais.

## Na redução da pobreza, efeito maior até 2004

De balizador do mercado de trabalho a instrumento eficiente de redução da pobreza e da desigualdade, o salário mínimo, porém, perdeu seu papel de executor da economia. Cobrar serviços em número de salários mínimos deixou de ser uma prática, diante dos sucessivos ganhos acima da inflação.

— O mínimo está muito acima do sonhado em fins da década de 80. O seu papel transcendeu o mercado de trabalho — disse o economista Lauro Ramos, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Na redução da pobreza, o efeito foi imediato, lembra o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas. Logo após o reajuste em 1995, a pobreza caiu de 35% em 1993 para 28,6%



A CONTA-PRÓPRIA Viviane Andrade: Portela ganha mais que o mínimo por mês, porém a incerteza impera

em 1995. E vem caindo desde então. Em 2007, último dado disponível, os pobres eram 18,11% da população. Até 2004, a ação do mínimo sobre a pobreza foi efetiva, mas começou a perder força desde então, diz Neri.

— Nos últimos anos, pelo menos no mercado de trabalho, esse papel se diluiu. Com altas expressivas, começou a não alcançar os mais pobres. O programa Bolsa-Família passou a ser mais efetivo.

Se na base da pirâmide de renda o mínimo perdeu poder, na redistribuição mantém seu papel. Estudo do diretor do Instituto de Economia da UFRJ, João Saboia, mostrou que, de 1995 a 2005, o mínimo foi responsável por 64% da redução da desigualdade. O economista lembra que a última Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada na quinta-feira pelo IBGE, foi a mais recente estatística a mostrar o papel do mínimo na manutenção de renda da população. O rendimento mediano, que indica até quanto ganha a metade dos trabalha-

**“**  
**O mínimo está muito acima do sonhado em fins da década de 80**

Lauro Ramos, economista do Ipea

dores das principais regiões metropolitanas, subiu 3,7% em maio, ficando em R\$ 782. Já o rendimento médio real caiu 1,1% em relação a abril.

— Com certeza, a alta do mínimo de fevereiro (de 5% descontando a inflação) ainda está tendo efeitos na melhoria da renda do brasileiro das faixas de renda menores — diz Saboia.

A camelo Viviane Andrade Portela consegue ganhar um pouco mais que o mínimo na venda de produtos eletrônicos numa barraca em Botafogo. Mesmo reclamando da incerteza da rotina de conta-própria, diz

que a vida está melhor agora. Em 1994, a ocupação era mesma, mas o salário bem menor.

— A gente depende do movimento. Em dia de chuva, por exemplo, não vem ninguém.

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Diesse, lembra que a estabilidade de preços foi o primeiro ganho. Sem a corrosão da inflação, o poder aquisitivo da população de baixa renda foi mantido. E o acordo de 2007 entre as centrais sindicais e o governo, que fixou regras para o reajuste do mínimo, foi o marco recente. Pelo modelo, o reajuste é pela inflação passada mais o crescimento da economia de dois anos atrás. O projeto ainda está no Congresso. Para o secretário de Políticas da Previdência Social, Helmut Schwarzer, o reajuste do mínimo fez diminuir a desigualdade entre os rendimentos da Previdência.

— Sem contar o efeito sobre a redução da pobreza. Ela seria 11 pontos percentuais maior sem os benefícios previdenciários. ■

COLABOROU Anna Luiza Santiago

**PREVIDÊNCIA SOCIAL:** São 17,6 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários de programas sociais que ganham R\$ 465 por mês

## CONFIRA OS AVANÇOS

Valores do salário mínimo da época sem descontar a inflação

**O PESO DO MÍNIMO NO MERCADO DE TRABALHO**  
(Proporção dos trabalhadores que ganham até um mínimo)

1995	37,8%
1999	35%
2002	39,5%
2003	40%
2004	39,5%
2005	42,8%
2006	42,5%
2007	38,6%

**PERCENTUAL DE BENEFÍCIOS DE UM MÍNIMO**  
(Aposentadorias, pensões e benefícios sociais)

1994	70,7%
1999	63,8%
2002	63,6%
2003	62,8%
2004	63,4%
2005	64%
2006	65,5%
2007	65,6%
2008	66,1%
2009	67%



O ganho real do salário mínimo, de junho de 1994 até maio deste foi de 144,5%.  
No início do real, em dólares o brasileiro que recebesse o mínimo ganhava US\$ 65.  
Hoje, ganhando o mesmo mínimo, o trabalhador recebe US\$ 200.

Fonte: Ipeadata, Previdência Social e IBGE

**15 ANOS DO REAL: Amanhã, moeda brasileira ganha projeção internacional**

# Bancos financiarão os pequenos empreendedores

A partir de quarta-feira, autônomos poderão regularizar suas atividades via internet a um custo baixo e obter crédito

Eduardo Rodrigues

• BRASÍLIA. Os brasileiros que tocam micronegócios finalmente poderão se regularizar a um custo acessível, com direito a benefícios previdenciários, como aposentaria e licenças remuneradas. A partir da próxima quarta-feira, esses profissionais até então informais poderão se tornar — em meia hora, via internet — empreendedores individuais (EI), garantindo, inclusive, o acesso a financiamentos em condições especiais em alguns dos maiores bancos do país, como Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal e Santander.

Mas os membros da nova categoria precisam estar atentos às leis que regulam suas atividades em seus estados e cidades para não perderem as vantagens do trabalho legalizado.

Qualquer profissional autônomo com renda bruta anual de até R\$ 36 mil que empregue até uma pessoa poderá obter na página do Portal do Empreendedor o registro de pessoa jurídica (CNPJ) e as inscrições na Previdência Social e na Junta Comercial.

## Medida beneficiará mais de um milhão

Segundo estimativa do IBGE, mais de um milhão de manicures, artesãos, carneiros,

## LEGAL EM 15 MINUTOS

### EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (EI)

A partir do dia 1º de julho os interessados poderão acessar a página [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br) para obter:

- Registro no CNPJ
- Inscrição na Previdência Social
- Inscrição da Junta Comercial

O documento gerado deve ser assinado e encaminhado em até 60 dias à Junta Comercial, com cópia da identidade e do CPF.

### Requisitos para se formalizar

- Ter renda bruta anual de até R\$ 36 mil
- Ter até um funcionário, que receba salário mínimo ou piso da categoria, se houver
- Não ser sócio de outra empresa

### Contribuições mensais

- 11% do salário mínimo (R\$ 51,15), para o INSS pessoal
  - R\$ 1 de ICMS, para atividades de indústria ou comércio
  - R\$ 5 de ISS, para prestadores de serviços
  - R\$ 6 (ICMS + ISS), para atividades mistas
  - 3% do salário do empregado para o INSS, mais 8% para o Fundo de Garantia do Trabalhador
- O Documento de Arrecadação Simplificada (DAS) poderá ser pago em qualquer banco e também será emitido pelo Portal do Empreendedor

### Vantagens

- Poder emitir nota fiscal
- Participar de licitações
- Ter acesso a oito benefícios previdenciários (como aposentadoria, licença maternidade e auxílio doença)
- Linhas de crédito especiais

librio que é bastante convidativa e, inclusive, dá abertura para novas contratações formais — avalia o consultor previdenciário da IOB, Paulo Prola.

Os novos empreendedores pagarão uma contribuição mensal equivalente a 11% do salário mínimo (R\$ 51,15, hoje) mais tributo fixo referente à atividade exercida. Uma vez formalizado, o empreendedor poderá emitir nota fiscal e receber os benefícios da Previdência dentro de um prazo de carência a depen-

O BB está no esforço do governo para fazer decolar o projeto e foi o primeiro a divulgar a criação de produtos específicos para o EI. Ele poderá abrir uma conta pessoa jurídica cuja mensalidade será de R\$ 5 e por meio da qual receberá um cartão de crédito empresarial e os demais serviços bancários. Para quem tiver faturamento anual de até R\$ 25 mil, o crédito mínimo será de R\$ 1 mil. Acima disso, o piso para os empréstimos será R\$ 2 mil.

— Além de oferecer crédito, o

crédito deve ser de R\$ 800. Deverá haver isenção das tarifas de cadastro e de manutenção por 12 meses. Já o Santander, além de oferecer linhas de R\$ 500 a R\$ 15 mil com juros entre 2% e 4% ao mês, fará o acompanhamento individual dos empreendedores.

— Esse público não precisa apenas de crédito, mas também de orientação financeira — diz o superintendente de Microcrédito do banco, Jerônimo Ramos.

**Contadores que optaram**

Editoria de Arte



CAMELÕES DO Rio fazem cadastramento na Secretaria de Ordem Pública

tende a confundir a receita da empresa com o lucro do dono. É preciso tomar cuidado com o fluxo de caixa, a reposição de estoques e o pagamento dos custos fixos — lembra a presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugari.

Mas a formalização tributária não é suficiente para garantir a legalização total dos trabalhadores. Os candidatos a pessoa jurídica também precisam estar cientes da legislação que regula de todos os municípios do país até o início de 2010. O diretor de Comercialização do Sebrae, Bruno Quick, ressalta que, apesar de não ser necessária a apresentação de licenças prévias ou alvarás para a inscrição no Portal do Empreendedor, os profissionais serão fiscalizados como qualquer outra empresa.

— O objetivo do projeto é valorizar estes trabalhadores, que para serem incluídos devem estar cientes de suas responsabilidades com a sociedade.

